

## **Lendo Josué como Escritura Sagrada: mensagem e lugar do livro na história bíblica**

Augustus Nicodemus Lopes\*

### INTRODUÇÃO

O título deste artigo reflete bem a abordagem que propomos para uma leitura adequada e proveitosa do livro de Josué, ou seja, que ele seja lido como *Escritura Sagrada*. Talvez o leitor menos avisado se pergunte se há outra forma de ler Josué além desta. A resposta é que sim. Como resultado do impacto do método histórico-crítico na hermenêutica, surgiram formas diferentes de se ler a Bíblia, muitas delas partindo do pressuposto de que a sua inspiração, harmonia, veracidade e confiabilidade histórica — enfim, os atributos de Escritura — são, na verdade, empecilhos para que se chegue à genuína mensagem do livro. A proposta deste artigo é mostrar como uma leitura de Josué *como Escritura* torna a sua mensagem coerente no contexto canônico em que se encontra inserido.

O livro de Josué tem uma relevância toda especial para entendermos a mensagem do Antigo Testamento. Ele trata diretamente de um dos seus principais temas que é a conquista de Canaã e sua distribuição entre as tribos de Israel sob a liderança de Josué. O livro trata desse evento como o cumprimento da promessa de Deus aos patriarcas, de dar aos seus descendentes uma terra e descanso.<sup>1</sup> Meu propósito neste artigo é tentar entender e sintetizar a mensagem de Josué levando em conta o caráter progressivo da revelação e o lugar do livro dentro do cânon. Será dada uma atenção especial à conquista da terra. Também procurarei estabelecer uma relação entre a mensagem de Josué e seu contexto histórico e canônico posterior, a narrativa que compreende Josué a 2 Reis.

### I. ABORDAGENS CRÍTICAS AO LIVRO DE JOSUÉ

A metodologia a ser empregada em nossa leitura é determinada por alguns conceitos e pressupostos acerca da natureza das Escrituras do Antigo Testamento. Por razões óbvias de espaço e escopo, esses pressupostos serão apenas afirmados sem demonstração acadêmica. Tomamos como pressuposto fundamental do artigo o conceito de que o cânon protestante das Escrituras é a revelação inspirada de Deus. Desse pressuposto, inferimos a unidade essencial dos livros desse cânon em meio à sua diversidade, bem como a confiabilidade histórica e a autoridade dos mesmos para a fé e a prática do povo de Deus de todas as épocas.

Adotando essa concepção das Escrituras, distanciamos-nos da *crítica das fontes* quanto à sua metodologia e propósito. Esse método crítico de interpretação procura reconstruir a história religiosa de Israel à luz das múltiplas fontes que supostamente subjazem o texto canônico do Antigo Testamento. Alega-se que essas fontes são perceptivelmente encontradas em Josué.<sup>2</sup> Apesar de não negarmos a possibilidade de várias fontes terem sido utilizadas na composição do livro,<sup>3</sup> partirmos do fato de que Josué, desde o começo, deveria ser lido como uma unidade, porque como tal foi admitido no cânon. Nossa abordagem, nesse aspecto, pode ser definida como uma leitura *canônica* de Josué.

Evidentemente, esse tipo de abordagem relaciona a mensagem de Josué diretamente ao

restante do cânon do Antigo Testamento e considera esse cânon como o contexto imediato e imprescindível para a interpretação do livro. Assim, acabamos também por distanciar-nos da interpretação proposta pela *crítica da forma*, especialmente do método diacrônico proposto por Gerhard von Rad.<sup>4</sup> Esse crítico defendeu que não se pode falar da teologia do Antigo Testamento como um sistema unificado de pensamento. Para ele, só podemos tratar da teologia das tradições históricas e proféticas de Israel, conforme se encontram nas múltiplas fontes que compõem o texto do Antigo Testamento. Essas fontes dão testemunho da fé do povo de Israel em diversos períodos da evolução da sua religião. O método diacrônico, portanto, limita-se a recitar o que Israel disse em diferentes épocas de sua peregrinação religiosa.<sup>5</sup> Nossa abordagem do livro de Josué diverge radicalmente do método de von Rad, pois concebe a teologia bíblica como uma disciplina distintivamente cristã que considera o Antigo e o Novo Testamentos como Escritura e portanto rejeita a metodologia (bem como os pressupostos) do método histórico-crítico, que trata de forma inadequada o passado, separando-o das suas implicações para o presente.<sup>6</sup>

Uma outra interpretação de Josué dentro da crítica da forma, da qual nos distanciamos, é a proposta por Martin Noth, o conhecido estudioso alemão do Antigo Testamento.<sup>7</sup> Noth considerava a maioria das histórias narradas no livro de Josué como *ortgebunden*, ou seja, material oral preservado como recordações tradicionais sobre lugares relacionados com a vida e a história de Israel. Essas histórias haviam sido preservadas em tradições folclóricas, que tinham um caráter local e um propósito etiológico (isto é, de explicar a origem ou causa de alguma coisa). Um editor posterior, que Noth chama de "Deuteronomista," juntou essas histórias e formatou-as, dando-lhes um caráter nacional. A conquista narrada no livro de Josué nunca aconteceu realmente; não foi um esforço militar unificado das doze tribos. Segundo Noth, elas ocuparam Canaã pacificamente, etapa por etapa.<sup>8</sup> Para ele, a tarefa de uma teologia bíblica de Josué seria reconstruir as crenças daqueles estágios orais mais primitivos e dos períodos sucessivos de reformulação e edição pelo qual o material oral passou antes de adquirir forma escrita.

Como já mencionamos, nossa distância dessas abordagens características da crítica da forma é justificada, em primeiro lugar, pela diferença quanto à nossa compreensão da natureza das Escrituras. Tanto Von Rad quanto Noth esfacelam a unidade do livro de Josué esmiuçando-o em unidades menores e procurando sintetizar a mensagem dessas unidades ainda em seu período supostamente oral. Além disso, partem do pressuposto de que o relato da conquista, como o encontramos no livro, não representa o que realmente aconteceu. Esse tipo de abordagem, além do seu grau altamente especulativo e hipotético, acaba por impossibilitar a síntese da mensagem do livro como um todo.

Nossa leitura de Josué difere igualmente, em muitos aspectos, daquela defendida pela *crítica da redação*, pois não nos preocupamos em investigar os alegados propósitos teológicos e políticos do suposto redator do livro. Embora em muitos sentidos a crítica da redação tenha representado uma correção necessária à tendência atomizadora da crítica da forma, não deixa de ter seus problemas para os que desejam ler Josué como Escritura. A principal é que a crítica da redação admite que os propósitos teológicos e políticos dos supostos editores e redatores controlaram a forma final do material, em detrimento da exatidão e da confiabilidade dos eventos que são narrados no livro como história.<sup>9</sup>

Pelos mesmos motivos, rejeitamos também algumas das pressuposições da *crítica literária moderna*. Reconhecemos que, no geral, ela representa um avanço em relação aos métodos anteriores, pois procura tratar o texto de Josué como se encontra no cânon, rejeitando a tese de que para entender a mensagem do todo é preciso esmiuçar as

pequenas partes que supostamente o compõem, como defende a crítica da forma. A crítica literária moderna adota uma abordagem mais simpática aos estudiosos evangélicos de Josué. Ela é sincrônica (isto é, não se preocupa tanto com questões introdutórias relacionadas com data, fontes escritas e autoria) e procura dar o devido valor ao gênero e à unidade do material.<sup>10</sup> David Gunn, por exemplo, em sua obra sobre Josué e Juízes, não trata de nenhuma das questões típicas com as quais a crítica das fontes, da forma e da redação se preocupam. Ao contrário, ele procura entender a mensagem de Josué partindo da sua relação literária com o Pentateuco e com Juízes. Para ele, a tensão aparente entre uma conquista completa e uma conquista incompleta deve ser entendida como um artifício literário proposital, visando despertar tensão.<sup>11</sup> Conquanto reconheçamos que os autores bíblicos lançaram mão de artifícios literários no registro da revelação, devemos rejeitar o princípio implícito da crítica literária que relega a realidade histórica a um plano secundário, quando não lhe nega a autenticidade. Considerando que a porta de entrada para a compreensão do livro é procurar entendê-lo como uma peça literária elaborada intencionalmente para produzir efeitos nos leitores (do tipo emoção, surpresa ou tensão), a crítica literária acaba por considerar as histórias nele narradas, não como eventos históricos, mas como enredos imaginários, visando deliberadamente produzir os efeitos mencionados. O problema com esse tipo de abordagem é que considera a historicidade dos relatos de Josué como sem importância para a religião de Israel, quando o relato bíblico, em todo lugar, reflete a sua intenção de ser histórico (ver Js 10.13; 24.26; ver ainda referências como “até esse dia”, etc.).

Com respeito ao método usado na presente abordagem de Josué, faremos um esboço do livro e uma síntese dos seus diversos temas. Nosso alvo é estabelecer a mensagem de Josué a partir da forma como o livro se encontra no cânon. Após determinar os temas do livro, procuraremos relacioná-los com a história posterior de Israel, narrada em Juízes a 2 Reis e ao progresso da história da redenção, como se encontra revelado no cânon das Escrituras. Metodologicamente, portanto, nossa abordagem diverge dos procedimentos do método histórico-crítico e dos propósitos da *Religionsgeschichtliche Schule* (Escola da História das Religiões), cujo projeto é isolar as fontes originais e exibir a teologia do período em que foram redigidas, pretendendo assim reconstruir a religião de Israel. Também divergimos do método defendido por G. Hasel, chamado “canônico múltiplo” (“Multiplex Canonical”).<sup>12</sup> Concordamos com Hasel no sentido de que existem vários temas que podem servir de porta de entrada para a mensagem do livro; entretanto, parece-nos que os diversos temas que emergem dos diferentes blocos escritos dentro do livro (tais como guerra santa, a terra como um presente, a retribuição de Deus na vida da nação) são melhor entendidos em conexão com o que aparenta ser o *motif* central do livro, a idéia controladora sob a qual o livro foi produzido, isto é, a fidelidade de Deus à aliança feita com os patriarcas no sentido de dar à sua descendência uma terra e descanso. Nesse aspecto, nosso artigo aproxima-se metodologicamente da abordagem de estudiosos que consideram que o livro tem um tema dominante sob o qual todo o material foi organizado, como Eichrodt,<sup>13</sup> Martens<sup>14</sup> e Kaiser.<sup>15</sup>

## II. HISTORIOGRAFIA E O LIVRO DE JOSUÉ

### A. Autoria e Data

Tradicionalmente, tanto a erudição judaica (Talmude) quanto a cristã conservadora têm considerado que Josué foi o autor do livro que traz o seu nome no cânon do Antigo Testamento. É óbvio que ele não poderia ter escrito a narrativa de sua própria morte e sepultamento (24.29-33); mas outras partes do livro dão apoio à tradição judaico-cristã. As descrições vívidas e detalhadas das batalhas sugerem as recordações de quem

participou desses eventos (“...até que *passamos...*” - 5.1), quem sabe, o próprio Josué. Ele pode ter escrito a maior parte da obra, a qual só alcançou a forma final e canônica vários anos após a sua morte. Um editor (Eleazar, filho de Arão, segundo o Talmude)<sup>16</sup> pode ter acrescentado narrativas adicionais, tais como a morte e o sepultamento de Josué.<sup>17</sup> A data da morte de Josué geralmente aceita entre os estudiosos conservadores é cerca de 1.375 AC. Portanto, de acordo com a teoria defendida acima, o livro pode ter sido completado não muito depois dessa data.<sup>18</sup>

Mesmo que se aceite a possibilidade de Josué ter alcançado sua forma canônica quando da composição final de Juízes-Reis, séculos depois de Josué, isso não exclui que o material fundamental e essencial da obra remonte ao próprio Josué. Há algumas evidências de trabalho editorial posterior ao material original de Josué. A menção do “livro dos justos” (10.13), que também é mencionado em 2 Samuel 1.18,<sup>19</sup> e a fórmula “até o dia de hoje” (4.9; 5.9; 6.25; 7.26; 8.28,29; 9.27; 13.13; 14.14; 15.63; 16.10) podem indicar que a forma final e canônica do livro data do princípio da monarquia.

Essa posição não é a mesma defendida por alguns críticos descomprometidos com a doutrina da inspiração e infalibilidade das Escrituras. Conforme já mencionamos acima, o método histórico-crítico descarta uma autoria antiga pelo próprio Josué e considera o livro como sendo um amálgama de textos menores. Segundo alguns estudiosos dessa linha de abordagem, a forma final e canônica do livro foi alcançada muito mais tarde, depois de um profundo e extenso trabalho editorial à luz de Deuteronômio.<sup>20</sup> Talvez a posição mais radical seja a de M. Noth. Usando a crítica da forma, ele defende que a edição final do livro de Josué ocorreu muito mais tarde. Para ele, o livro foi compilado, editado e publicado por um *Samler* (coleccionador ou arquivista), durante o exílio de Israel na Babilônia, cerca de 550 AC. Esse *Samler*, que Noth considerava como tendo sido o “deuteronomista,” é o verdadeiro autor da obra Josué-Juízes.

Várias propostas representando modificações no pensamento de Noth sobre a “história deuteronomista” têm sido apresentadas por diferentes estudiosos. F. Cross, por exemplo, sugeriu que a obra passou por um processo duplo de edição, a primeira fase na época de Josué e a segunda posteriormente, durante o exílio.<sup>21</sup> De uma forma ou de outra, após o trabalho influente de Noth sobre Josué, ficou geralmente aceito que o livro alcançou sua forma final muito depois da data estimada pela erudição conservadora. Também passou a ser aceito de forma generalizada que essa forma final foi obra de uma única pessoa ou de uma escola — ou de ambas, em períodos diferentes —, que fizeram a obra influenciados pelo estilo, linguagem e teologia do livro de Deuteronômio.

É uma questão que exige bastante reflexão. Podemos aceitar os pontos centrais dessa perspectiva e ainda manter alguns elementos da perspectiva tradicional, como a autoria de Josué para as fontes originais do livro e a historicidade dos eventos descritos no mesmo? Afinal, o próprio livro não se apresenta como tendo sido escrito por Josué, muito embora reivindique ter raízes que remontam ao próprio conquistador.

Não seria contra as premissas enunciadas no início deste artigo admitir que Josué recebeu sua forma canônica final no século VI AC, junto com Juízes-Reis, desde que resguardemos alguns pontos: (1) o editor responsável trabalhou com material já existente, cuja origem pode remontar ao próprio Josué e ao período imediatamente posterior a ele; (2) sua participação consistiu em arranjar o material existente de tal forma que o ponto teológico principal, que é a ação de Deus na história de Israel nos termos da aliança, ficasse em destaque; (3) o editor da obra Josué-Reis colocou em

destaque a continuidade dos temas do Pentateuco — especialmente em Deuteronômio — na obra Josué-Reis, ao arranjar o material histórico existente e ao interpretar os eventos históricos por meio de comentários que incluiu nas suas fontes antigas.

## B. Cenário Histórico

O livro de Josué cobre um dos períodos mais importantes da história de Israel, a conquista e a ocupação final da terra que Deus havia prometido a Abraão e aos seus descendentes muitos séculos antes. A determinação específica dos anos em que essa ocupação aconteceu tem sido motivo de grande debate entre os estudiosos visto que depende de dois elementos bastante subjetivos: a interpretação das informações arqueológicas e a perspectiva individual que cada estudioso tem da narrativa bíblica. John Bright, por exemplo, defende que a tradição bíblica não nos dá um relato coerente e unificado da conquista e da ocupação da terra; enquanto que em Josué esses eventos aparecem claros e limpos, em Juízes são progressivos e complicados. Com relação à evidência arqueológica, Bright reconhece que há muitas evidências externas, porém confusas. Elas sugerem que houve realmente um motim na Palestina durante o século XIII AC. Jericó, entretanto, é um problema, pois não há qualquer evidência de que tenha sido ocupada durante esse período. A cidade de Ai é outro problema; aparentemente, foi ocupada mais tarde, durante o século XII AC. A destruição de Debir, Hazor e outras cidades apoia a tese de que houve uma campanha rápida de ocupação ao final do século XIII, mas é difícil provar que essa campanha tenha sido lançada por Israel. Em resumo, os relatos bíblicos da conquista foram como que “encaixados” na Bíblia e atualmente não existem evidências suficientes para definir se a conquista foi rápida e completa no século XIII, ou se foi um processo pacífico e gradual de ocupação.<sup>22</sup>

A determinação da data da conquista também varia de acordo com o modelo adotado pelos estudiosos quanto ao estabelecimento dos israelitas em Canaã.<sup>23</sup> Entre as várias opiniões, o modelo da conquista militar bem no início da história de Israel torna-se recomendável por aproximar-se dos nossos pressupostos já mencionados acima.<sup>24</sup> Uma data na segunda metade do século XV pode ser aceita com base em diversos argumentos razoáveis:

(1) Pressupõe o modelo da conquista militar, que é mais harmônico com o relato de Josué 1-2 do que outros modelos, como a teoria da imigração ou da revolta. O modelo da conquista militar postula que Israel ocupou a terra sob a liderança de Josué, num esforço unificado de todas as tribos. Essa campanha militar, entretanto, durou bastante tempo (11.18) e precisou de muitas batalhas para ser vencida (12.1-24).

(2) É a melhor explicação para algumas declarações da cronologia bíblica de Israel, como, por exemplo, que a construção do templo de Salomão teve início 480 anos após a saída de Israel do Egito (1 Rs 6.1),<sup>25</sup> que Israel, no período dos Juízes, já havia ocupado a terra por 300 anos (Jz 11.26) e as gerações mencionadas em 1 Crônicas 6.33-37.

(3) Encaixa-se razoavelmente bem dentro dos limites cronológicos estabelecidos pelas descobertas arqueológicas, especialmente aquelas relacionadas com os diversos estratos ou níveis de destruição achados em Jericó, Ai e Hazor.<sup>26</sup>

Em resumo, podemos dizer com relativa segurança que Josué apresenta a conquista da terra como o esforço militar unificado das doze tribos, evento que teria acontecido em

meados do século XV AC. Entretanto, considerando a falta de maiores dados arqueológicos e o caráter subjetivo dos que existem, o assunto não deve ser considerado como já totalmente definido.<sup>27</sup>

### III. A ESTRUTURA E A TEOLOGIA DE JOSUÉ

#### A. As Divisões do Livro

O livro de Josué tem quatro partes distintas:

(1) *A narrativa dos preparativos para a conquista* (1.1–5.12), que inclui o comissionamento de Josué por Deus, a espionagem de Jericó, a história de Raabe, a passagem do Jordão e o memorial das doze pedras, a circuncisão dos israelitas e a celebração da Páscoa. O encontro de Josué com o comandante das legiões celestes marca a transição para a próxima parte, 5.13-15.

(2) *A narrativa da conquista da terra* (6–12), começando com o cerco e destruição de Jericó, depois do episódio Ai-Acã. A aliança é renovada no Monte Ebal. Seguem-se os relatos da campanha no centro, sudoeste e noroeste de Canaã, quando Hazor foi queimada por Josué. Em seguida, vem uma lista dos reis cananeus derrotados (12.1-24).

(3) *Divisão e distribuição da terra* (13–21), da parte que ficava na margem oriental do rio Jordão e da terra que ficava ao ocidente do rio. São estabelecidas as cidades de refúgio e as cidades dos levitas (20.1-9; 21.1-45).

(4) O livro termina com Josué *enviando as duas tribos e meia de volta à sua herança no lado oriental do Jordão*, seguindo-se o incidente do "altar do testemunho" em Gileade. É registrado o discurso de despedida de Josué no estilo do último cântico de Moisés (Dt 31). A narrativa da grande assembléia em Siquém e da renovação da aliança é seguida pela narrativa da morte de Josué (22–24).

#### B. A Tensão entre uma Conquista Completa e uma Parcial

O conteúdo do livro e a forma como o mesmo foi distribuído sugerem que a sua preocupação teológica central é mostrar a fidelidade de Deus à sua aliança com Israel, na qual ele prometeu dar a terra e descanso à nação. A avaliação que o próprio livro faz da campanha de Josué e da distribuição da terra é que foram completamente bem sucedidas (21.43).

Ao mesmo tempo, o livro chama a nossa atenção para a ocupação parcial da terra feita pelas tribos individuais, criando uma tensão interna na obra. Essa tensão tem sido interpretada pela crítica das fontes como sendo o resultado de uma combinação desastrosa de relatos contraditórios de J e D sobre a campanha. Esses relatos contraditórios teriam servido como fontes de uma primeira edição de Josué e as edições subseqüentes nunca se preocuparam em harmonizá-los. Em outras palavras, os críticos das fontes supõem que o editor ou editores do livro de Josué foram incapazes de perceber que a campanha, de acordo com o relato feito pelo Iavista, foi parcial e nunca terminou enquanto Josué ainda estava vivo, e que, de acordo com o Deuteronomista, tinha sido um enorme sucesso. Kaufman, criticando essa tese, observa: "Pensa-se que o texto de Josué e Juízes foi adulterado pelo primeiro, segundo e terceiro 'redatores' e

'expansionistas,' a maioria dos quais era composta de imbecis ineptos e destruidores."<sup>28</sup>

Para os críticos das fontes, a conquista em si não foi completa ou nem mesmo existiu. Para eles, a geografia tribal do livro e as cidades levíticas refletem a ideologia nacionalista e geográfica do(s) redator(es).

Entretanto, parece-nos bastante improvável que um editor competente, como o suposto editor de uma obra como Josué (e, quem sabe, de Juízes-Reis) teria sido, houvesse deixado passar despercebida a tensão interna tão óbvia entre uma ocupação parcial e uma completa. Essa tensão, conforme entendo, foi preservada conscientemente na forma em que o livro chegou até nós. A aparente contradição entre uma campanha parcial e uma completa tem encontrado soluções mais plausíveis do que o conceito do redator imbecil. Uma delas nos parece bastante satisfatória: além de servir como introdução ao livro de Juízes, a tensão se presta muito bem ao principal propósito teológico da obra Josué-Reis. Além disso, os limites geográficos da terra nunca foram delineados com precisão no Pentateuco. Embora somente no tempo de Davi e Salomão os limites de Israel tenham chegado perto da descrição feita no Pentateuco (Gn 15.18; Ex 23.23, 27-28, 31; Nm 34.29; Dt 1.7-8; 3.21; 7.16-19; 9.1-3; 11.23-25; 31.3-8),<sup>29</sup> a campanha encabeçada por Josué ocupou suficiente território em Canaã para justificar a conclusão de que Deus havia cumprido o que prometera (11.23; 21.43-45; 22.4).

Isso não significa que cada cananeu havia sido expulso, que cada cidade havia sido conquistada e que cada quilômetro quadrado dentro dos limites da conquista estava debaixo do domínio israelita. Significa somente que a campanha unificada das tribos, liderada por Josué, quebrou o domínio dos cananeus sobre a terra e que Israel agora era a maior potência dentro de Canaã. Seria apenas uma questão de tempo até que os territórios remanescentes fossem conquistados pelas tribos individualmente. O grande esforço nacional conjunto conseguiu firmar o domínio israelita na terra e subverter o poder cananeu.<sup>30</sup> Quando houve a ordem para repartir a terra, ainda havia bastante território a ser conquistado (13.6-12). As duas tribos e meia foram enviadas de volta ao oriente do Jordão porque a campanha foi considerada como bem sucedida e terminada (22.1-9). Assim, as concentrações de cananeus que não foram expulsos pelas tribos individualmente durante o período de vida de Josué (15.63; 16.10; 17.12-13; etc.) são mencionadas para criar uma tensão no livro, preparando o caminho para o livro de Juízes, onde essa mesma tensão é desenvolvida (ver Jz 2.1-5; 2.20-3.5).

#### IV. OS TEMAS DE JOSUÉ

##### A. A Conquista como Cumprimento da Promessa

Nessa parte de nosso artigo, destacaremos os principais temas do livro. Começemos com o tema da conquista da terra como cumprimento da promessa divina. Como já mencionamos, o livro de Josué tem como objetivo central mostrar como Deus cumpriu fielmente sua promessa feita aos patriarcas de dar à sua descendência uma terra e descanso. Os dias da campanha e da conquista são vistos como a época do cumprimento dessas promessas. Quando Deus fala com Josué para encorajá-lo, assegura-lhe que a campanha será vitoriosa, pois o Senhor estará cumprindo a promessa da terra feita aos patriarcas e a Moisés (1.3,6; ver ainda 5.6). Quando a campanha unificada termina, tanto a promessa da terra é considerada como tendo sido cumprida (11.23; 23.15), como também a promessa de repouso (22.4). A conquista da banda oriental do Jordão e sua ocupação pelas duas tribos e meia são vistas como cumprimento do que Deus prometeu a Moisés (22.9). As vitórias alcançadas pela campanha unificada, bem como as futuras

vitórias das tribos individualmente, são encaradas como sendo também o cumprimento das palavras de Deus a Moisés, de que nenhum inimigo poderia resistir diante de Israel (23.5,10).<sup>31</sup>

Esse tema dominante é refletido de diversas formas no livro:

(1) A arca é regularmente chamada de "arca da aliança," sempre aparecendo nos pontos principais da conquista, como a travessia do Jordão (3.3-17; 4.7,9,18) e a conquista de Jericó (6.6-8). A implicação é que o sucesso da campanha deveu-se exclusivamente à fidelidade de Deus para com as promessas da aliança.

(2) A derrota de Israel diante de Ai é entendida como uma quebra dos termos da aliança entre Deus e Israel (7.11,15). O princípio da obediência aos termos da aliança como condição para a conquista e permanência de Israel na terra é mais adiante reforçado por Josué em seu discurso de despedida (23.16). Dessa forma, o autor desenvolve o tema do Pentateuco de que a relação entre Deus e Israel é controlada pela aliança e assim prepara o palco para Juízes-Reis.

(3) O livro registra duas renovações da aliança, ambas em Siquém. A primeira ocorre após a derrota de Jericó e Ai (8.30-40). A segunda aparece como o último ato oficial de Josué em sua função de servo de Deus (24.1-33). Em ambas as ocasiões está presente a unidade entre a geração que conquistou a terra e seus filhos, a geração vindoura. Ambas as gerações estão debaixo da mesma aliança com Deus. Finalmente, o livro repete continuamente que Deus manteve e cumpriu sua promessa feita aos patriarcas (1.1-9; 11.23; 21.43-45). É evidente que, para o autor (ou editor) de Josué, a conquista e a posse da terra devem ser entendidas em termos da aliança de Deus com a nação.

Existem vários outros temas teológicos no livro de Josué, todos relacionados com o seu *motif* central da fidelidade de Deus à sua aliança, como veremos em seguida.

#### B. A Terra como uma Dádiva de Deus

Um outro tema importante em Josué é o da terra como uma dádiva de Deus a Israel. Em Deuteronômio a terra prometida é assim considerada (Dt 1.20,25; 2.29; 3.20; etc.). Como Senhor de toda a terra, Deus a possui (Lv 25.23) e é seu direito soberano dá-la a quem quiser, pelo período que quiser. Ele havia permitido aos cananeus viver na terra, mas agora, como parte de sua aliança com os patriarcas (Gn 15.18), Deus a estava dando aos israelitas (Dt 2.12). Por outro lado, eles tinham de "possuí-la" (Dt 3.19; 5.31; 12.1). O livro de Josué nos mostra como essas duas noções se completaram.<sup>32</sup> Não há qualquer dúvida, entretanto, que a terra, mesmo conquistada através do esforço armado dos israelitas, era uma dádiva de Deus. No prólogo do livro Iavé assegura a Josué que ele (Deus) está dando a terra aos filhos de Israel (1.2-3,6; ver ainda 1.11,15). O livro refere-se continuamente à terra como uma dádiva de Iavé (5.6; 9.24; 21.43). A narrativa de eventos como a travessia do Jordão (3.9-13) e o encontro de Josué com o Anjo do Senhor (5.13-15) reforçam esse aspecto. A narrativa, portanto, não deixa a menor dúvida de que foi Deus, através do seu grande poder, quem deu a terra aos israelitas, uma convicção sempre celebrada nas confissões posteriores de Israel.

#### C. A Posse da Terra como Condicional

Um terceiro tema, profundamente ligado aos dois primeiros, é o de que a permanência de Israel na terra era condicional. Mesmo que a terra tenha sido dada por Deus, o livro de

Josué deixa claro, desde o seu início que sua posse permanente dependia da obediência de Israel (1.6-8).<sup>33</sup> O episódio de Acã (6.16-19) estabelece o padrão para o futuro em caso de desobediência nacional (7.1, 10-13). A renovação da aliança no Monte Ebal demonstrava implicitamente que a conquista e a permanência na terra estavam condicionadas à obediência à Torá (8.30-35; ver Dt 27.12-26). Em seu discurso de despedida, Josué relembra à nação que somente poderia tomar as terras que ainda não haviam sido conquistadas à medida que permanecesse fiel aos termos da aliança (20.16-17; 23.4-13,16; 24.20; ver ainda Ex 23.29-30; 34.14-16; Nm 33.51-56; Dt 7.1-5,16-24).

#### D. A Guerra Santa

Um quarto tema de Josué que desejo destacar é o da guerra santa. Fazia parte das obrigações pactuais de Israel guerrear contra as nações cananitas e destruí-las (Dt 7.1-5). Jericó, por exemplo, havia sido "condenada" (6.17) e, portanto, todos os seus habitantes foram mortos e a cidade queimada (ver 6.21,24; 7.24-29; 10.20,26,28; 11.13; etc.). Iavé tinha como objetivo remover completamente da terra prometida os vestígios do culto idolátrico dos cananeus, que poderiam vir a ser (como efetivamente aconteceu) uma tentação para os israelitas (23.6-7,13; ver Ex 12.29-30; Dt 12.29-30; 20.18). Além disso, a destruição dos cananeus era o julgamento do Senhor sobre a imoralidade e a idolatria dos mesmos (Gn 15.16; Lv 18.28).

Antes de travar combate santo contra as nações cananéias, os exércitos de Israel deveriam submeter-se a uma preparação ritual (3.5; 5.1-14). Eles lutariam debaixo do poder de Iavé, o Guerreiro Celestial, "o comandante divino que conduzia seus exércitos terrenos e celestiais desde o deserto do Sinai até a vitória."<sup>34</sup> Dele era a batalha (5.13-6.27). O memorial das doze pedras celebrava para as gerações futuras a marcha vitoriosa do Guerreiro Celestial, presente na arca da aliança, através do Jordão e para dentro da terra (4.5-8). Como Rei, Iavé reivindicava Jericó para si fazendo a sua arca circundá-la por sete dias (6.6-13); ele infunde pânico e terror nos inimigos, antes mesmo que a batalha se inicie (2.9-11; ver também 10.10); ele traça a estratégia para o combate (6.2-5; 8.1-2); ele luta usando as forças da natureza (3.16-17; 6.20; 10.11-13). Não é de admirar que ao fim o sucesso da campanha seja creditado totalmente a ele (23.3,5,9-10,13).

#### E. O Julgamento de Deus na Vida da Nação

Ainda um outro tema fundamental em Josué: Iavé exerce julgamento sobre seu povo, em caso de desobediência. No Pentateuco aparece o conceito de que Iavé pode voltar-se contra seu próprio povo caso o mesmo rejeite os termos da aliança (ver Lv 26.14-39, especialmente o v. 17). O livro de Josué desenvolve esse conceito.<sup>35</sup> A "espada vingadora da aliança" (Lv 26.25) recai sobre os israelitas quando Iavé os abandona ao poder do exército inferior de seus inimigos, por causa da deslealdade à aliança (7.3-5; 10-12). A narrativa do episódio Ai-Acã explora também dois outros temas relacionados com o tema do julgamento divino sobre a nação: (1) *Retribuição coletiva*. A nação é concebida em Josué como uma entidade corporativa (6.18) em que o pecado de um (7.15) coloca a todos debaixo de julgamento (7.1,10-11; 22.20).<sup>36</sup> (2) *A imparcialidade de Deus no julgamento*. A prostituta Raabe recebe herança em Canaã por sua lealdade ao Senhor e ao seu povo (6.25), enquanto que Acã, um israelita da tribo de Judá, morre sem herdar a terra por causa de sua deslealdade para com o Senhor e seu povo (7.25-26).

Esses temas de Josué são fundamentais para entendermos o tema central da história narrada em Juízes-2 Reis, que é a explicação teológica para o cativeiro babilônico. O

papel de Josué, desenvolvendo esses temas do Pentateuco e lançando as bases para a história posterior e o seu clímax, é crucial, como veremos em seguida.

## V. O LUGAR DE JOSUÉ NO PROGRESSO DA REVELAÇÃO

### A. A História Deuteronomista

Tem havido debate entre os estudiosos quanto ao lugar e ao papel do livro de Josué no contexto do cânon das Escrituras. O trabalho de G. von Rad contribuiu de forma especial para o reconhecimento, por parte de muitos estudiosos, de que as fontes literárias usadas na composição do Pentateuco continuam e encerram-se em Josué. A expressão "Hexateuco" foi um neologismo criado para expressar essa unidade entre o Pentateuco e Josué. Essa unidade, entretanto, já era reconhecida por estudiosos conservadores, que não aceitavam a hipótese documentária por detrás da teoria de von Rad. Nos círculos acadêmicos comprometidos com a hipótese documentária e o método histórico-crítico, a tese do "Hexateuco" começou a perder o seu ímpeto após a obra de M. Noth.<sup>37</sup>

Entretanto, foi graças ao próprio Noth que a conscientização de que Josué fazia parte de uma obra maior ganhou espaço entre os estudiosos. Noth defendeu, em um livro publicado em 1957,<sup>38</sup> que Deuteronômio-Reis é uma obra independente e unificada, escrita por alguém cuja linguagem e maneira de pensar eram similares às aquelas encontradas no material legal (as leis) de Deuteronômio e nos discursos que antecedem e seguem esse material legal (que já existia antes da formação do livro). Por isso seria apropriado designar esse autor anônimo como o Deuteronomista. Mais uma vez, sem concordarmos com os pressupostos da hipótese documentária por detrás da teoria de Noth, podemos apreciar a sua percepção da unidade e similaridade desses livros.

Entretanto, como era de se esperar, alguns estudiosos não convencidos pela tese de von Rad (Hexateuco) e nem pela de Noth (história deuteronomista), levantaram sérias objeções às suas idéias. Y. Kaufmann, por exemplo, argumentou contra a idéia de que Josué-Reis fazem parte de uma suposta história deuteronomista. Para ele, o título "história deuteronomista" é ambíguo e induz a um falso entendimento. Além disso, em Josué-Reis, a idéia da unificação do culto, um tema central na "história deuteronomista" de acordo com vários estudiosos, só aparece a partir de 1 Reis 3.2. Em Josué, não ocorre nos lugares onde se esperaria que ocorresse, como em 21.42, quando se estabelecem as cidades dos levitas responsáveis pelo culto; em 22.4, quando Josué despede os rubenitas, os gaditas e a meia tribo de Manassés para regressarem ao outro lado do Jordão; e em 23.1, no discurso de despedida de Josué. Nessas passagens considera-se cumprida a promessa de Deuteronômio 12.9-10 de que Israel ocuparia a terra e ali habitaria seguro, mas não se faz menção dos versos seguintes, onde Moisés determina que seja escolhido um lugar para o culto a Deus, lugar único, para onde todas as tribos deveriam chegar-se a fim de oferecer sacrifícios e ofertas (ver Dt 12.11-14). Não se faz menção nessas passagens da construção de um templo e nem de planos para construí-lo no futuro.

Kaufmann também faz uma comparação do estilo de cada livro da "história deuteronomista" com o estilo e a linguagem de Deuteronômio e chega à conclusão de que os mesmos não podem ser considerados como uma obra uniforme de um único historiador ou editor e nem de uma escola editorial influenciada por Deuteronômio. No máximo, somente os dois livros dos Reis teriam sofrido essa influência deuteronomista. Na sua opinião, não existe qualquer conexão entre as fontes de Deuteronômio e os livros

Josué-Reis como um todo. As idéias que aparecem em ambos — a escolha de Israel, o conceito da aliança e o castigo pela desobediência — são comuns a todas as demais fontes do Pentateuco e não sugerem qualquer relação especial com Deuterônomo. O estilo “deuteronomista” que se percebe na obra Josué-Reis era provavelmente um dos estilos da literatura de Israel, que era rica e variada; portanto, afinidades com esse estilo não podem decidir a questão das datas de Josué e Juizes.<sup>39</sup>

O tema da “história deuteronomista” também tem sido alvo de debates. De acordo com Noth, o Deuteronomista escreveu em meados do século VI AC, em meio à queda da nação, num esforço para explicar o que havia acontecido. Ele tem como premissa, ao escrever sua história, as advertências de Moisés (Dt 4.26) e de Josué (Js 23.12-13) de que Deus haveria de expulsar Israel da terra se quebrasse a aliança. Essa premissa funciona como a justificativa teológica para a queda da nação. Para Noth, a idéia central do Deuteronomista era que Deus estava punindo, em nível nacional, a desobediência da nação aos termos da aliança. Deus havia concedido uma honra especial a Israel, mas também uma obrigação especial, em termos da Lei. A aliança não era apenas um evento inaugural mas um relacionamento ativo entre Deus e seu povo.

Houve diversas tentativas por parte dos estudiosos de modificar as idéias de Noth a esse respeito. Von Rad, por exemplo, enfatizou que Noth havia negligenciado o tema da graça, visível no relato do restabelecimento da casa de Davi após o exílio. Esse relato representa esperança dentro da história deuteronomista.<sup>40</sup> Cross, por sua vez, defende uma dupla edição da história deuteronomista. A primeira teria ocorrido durante a monarquia e teria dois temas: (a) *o pecado de Jeroboão*, que trouxe a ira de Deus sobre sua casa, e (b) *a fidelidade de Deus para com Davi*, demorando-se a derramar a punição sobre Judá, por amor a seu servo fiel. O primeiro tema vem da antiga teologia da aliança encontrada na fonte D do Pentateuco (“deuteronomista”); o segundo, da ideologia real de Judá. Nessa primeira edição, a história deuteronomista era um trabalho de propaganda a favor das reformas do rei Josias e de seu programa imperial. A segunda edição foi feita no exílio, afirma Cross. Foi feita para atualizar a história e dar uma razão para a queda de Judá, pois havia uma expectativa de que Deus havia reservado um futuro glorioso para ela. A culpa é colocada em Manassés: na história deuteronomista, o segundo editor faz inserções de narrativas relatando seus pecados. A última edição, portanto, tentou transformar a história deuteronomista num *sermão sobre a história*, dirigido aos refugiados.<sup>41</sup>

Por mais interessantes e lógicas que essas teorias sejam, elas, por enquanto, são apenas teorias, carecendo ainda de comprovação documental, textual e histórica. Por detrás de algumas delas estão premissas que também não passam de hipóteses — inteligentes e criativas, é verdade — mais ainda assim hipóteses, como por exemplo, uma data recente para a composição do Pentateuco e da narrativa Josué-Reis.

Diante de todos esses dados, parece-nos que podemos dizer o seguinte sobre o lugar do livro de Josué na história Josué-Reis: (1) O livro foi escrito e editado à luz dos temas centrais do Pentateuco, que encontram seu clímax em Deuterônomo; (2) Ele desenvolve esses temas básicos, tais como aliança, guerra santa, distribuição da terra, unidade de todo o Israel e Josué como sucessor de Moisés;<sup>42</sup> (3) Josué contribui de muitas maneiras para o desenvolvimento da história da salvação exposta na história Josué-Reis. De certa forma, lança os alicerces dessa mesma história, como veremos em seguida.

## B. A Contribuição de Josué para a História de Israel

O valor da contribuição de Josué pode ser percebido pela relação entre seus temas e as ênfases teológicas principais da história posterior de Juízes-Reis, bem como pelo clímax da mesma:

1. Josué apresenta *a conquista da terra como expressão da fidelidade de Deus à sua aliança com Israel*, um evento histórico no qual a fé na aliança com Deus estava firmada e era continuamente lembrada. É a esse evento histórico que os livros Juízes-Reis remetem seus leitores finais — os exilados de Israel — para que nele encontrem novas forças para enfrentar a crise que atravessam e renovem suas esperanças de uma intervenção divina, mesmo que as promessas antigas estejam carregadas do julgamento anunciado pelos profetas.<sup>43</sup> Junto com o Êxodo, a conquista de Canaã funciona como “uma espécie de paradigma do socorro divino, não somente nos livros históricos, mas também nos profetas e na Lei”<sup>44</sup> (ver Jz 5.4ss; 6.13; 1 Sm 4.8; 2 Rs 17.7; e também Am 2.10; 9.7; Os 12.10; 13.4; Jr 2.6; Mq 6.4).

2. Josué contribui especificamente para *o tema da justa retribuição de Deus à desobediência da nação*, que é desenvolvido em Juízes-Reis. Ao associar com a aliança a narrativa da conquista e da posse da terra, Josué qualifica a ocupação da mesma como sendo condicionada pela obediência à Torá. Esse *motif* é usado para explicar as circunstâncias caóticas da época dos Juízes (2.1-3; 6.9), funciona como estrutura subjacente da oração feita por Salomão na dedicação do templo (1 Rs 8.33-34) e fornece o ambiente para as advertências dos profetas de que Israel seria exilado por quebrar os termos da aliança (Jz 6.8-10; 1 Sm 3.19-21; 1 Rs 13.1-3; 14.6-16).

3. O conceito de *solidariedade corporativa* (o pecado de um traz implicações sobre toda a nação) é a premissa que torna relevante os relatos em Juízes-Reis em que os pecados de indivíduos trazem punição divina coletiva. Os exemplos mais conhecidos são o adultério e homicídio praticados por Davi (2 Sm 12.10-12), o massacre dos gibeonitas por Saul (2 Sm 21.1-10), o censo ordenado por Davi (2 Sm 24.1-17) e a idolatria de Jeroboão e de Manassés (1 Rs 13.34; 14.15-16; 2 Rs 17.21-22; 21.10-13; 24.2-4).

4. O tema da *guerra santa* em Josué e, mais especificamente, o tema de Iavé como o Guerreiro Divino, estabelecem o padrão para as futuras batalhas de Israel sob o comando dos juízes e durante a monarquia. É o Guerreiro Divino quem dá a vitória a Israel através dos juízes (Jz 6.16; 12.3). Israel depende da direção de Deus para ir ao combate (1.1-2) e até mesmo para a estratégia a ser adotada (7.10-11). O Espírito de Deus vem sobre o juiz a fim de capacitá-lo para a batalha (Jz 3.10; 6.34; 11.29; 13.25; 14.6,19; 15.14). É somente quando se esquece de Deus que Israel é derrotado pelos seus inimigos.

Durante a monarquia, apesar de os reis terem exércitos organizados e soldados profissionais, dependiam do Guerreiro Divino. Davi estabelece o padrão do rei piedoso ao derrotar Golias pela fé em Iavé (1 Sm 17.45-47) e mais tarde ao depender dele para orientação e estratégia nas lutas que travou (1 Sm 30.7-8; 2 Sm 5.22-24). Em tempos de crise, Iavé combate e destrói os inimigos de Israel sozinho, sem a ajuda de Israel, quando Israel nele confia. Isso aconteceu, por exemplo, quando Iavé guerreou sozinho contra os assírios em resposta à oração de Ezequias (2 Rs 19.1-37). Ele deu a vitória a Israel para mostrar a sua glória (1 Rs 20.28) e o seu vitorioso poder foi celebrado em hinos pela nação (1 Sm 2.10).

### C. A relação entre Josué e Reis

Portanto, Josué contribui de forma direta para os momentos decisivos da narrativa do exílio de Judá e de Israel e para a explicação teológica dos mesmos. O quadro a seguir mostra essa relação:

#### **JOSUÉ**

Deus deu a terra prometida aos patriarcas e estabeleceu Israel na terra.

Deus deu a terra como parte da aliança estabelecida com os patriarcas.

As nações cananitas foram destruídas conforme Deus determinou a Moisés, mas algumas ainda ficaram na terra.

O Guerreiro Divino luta contra os inimigos de Israel.

Israel é uma entidade corporativa em que o pecado de um traz retaliação divina e justa sobre todos (episódio Ai-Acã).

Israel foi abandonado aos seus inimigos ao tornar-se desleal à aliança com Iavé (episódio Ai-Acã).

Deus enviou Israel para destruir as nações cananitas porque elas eram ímpias.

Deus deu a terra. Ele é poderoso, fiel e misericordioso.

#### **REIS**

Deus toma a terra que havia dado (2 Rs 14.15). Israel é removido da terra (da presença de Deus) (2 Rs 17.18,22,23).

Israel rejeitou a aliança e foi punido pela "espada vingadora da aliança" (2 Rs 17.15).

Israel seguiu os pecados daquelas nações (2 Rs 17.8-11).

O Guerreiro Divino luta contra Israel usando os seus inimigos (2 Rs 3.20; capítulo 5; 13.3) e sua palavra através dos profetas (1 Rs 14.15; 16.7).

Israel irá ao exílio por causa dos pecados de Jeroboão, e Judá por causa dos de Manassés (1 Rs 13.34; 14.15-16; 2 Rs 17.21-22; 21.10-13; 24.2-4).

Israel foi entregue por Deus nas mãos de despojadores que o oprimiram, por causa de seus pecados (2 Rs 17.20).

Deus envia as nações cananitas para destruir o ímpio Israel (2 Rs 24.2).

Há esperança de que ele haverá de intervir e restaurar Israel na terra.

O livro de Josué, portanto, ocupa um lugar destacado na história de Israel. Desenvolve temas centrais do Pentateuco e lança os fundamentos do desenrolar da história narrada em Juízes-Reis e especialmente do clímax da história, que é a queda de Samaria e de Jerusalém.

#### D. O Lugar de Josué no Progresso Total da Redenção

O livro de Josué contribui de diversas formas para alguns temas teológicos do Novo Testamento, muito embora nunca seja mencionado de forma direta, numa citação formal. A terra e o descanso dados a Josué funcionam como *tipos* da habitação e da herança celestial dos santos, dados por Jesus (Hb 4.1-11). Josué, como servo escolhido por Deus para estabelecer Israel na terra prometida, funciona como um tipo de Cristo (Hb 4.1, 6-8).

A narrativa da conquista da terra como um dom de Deus é empregada por Estêvão em seu sermão aos judeus para contrastar a desobediência de Israel com a graça de Deus (At 7.45) e por Paulo para enfatizar a fidelidade de Deus quanto às promessas que fez a Israel (At 13.16-23). Ambos os casos terminam com a proclamação de Jesus como o Messias prometido por Deus a Israel.

O livro também está ligado ao Novo Testamento por vários temas comuns, como a ênfase no amor de Iavé (22.5 e Mc 12.29-30,33), a certeza de que Deus jamais abandona o seu povo (1.5 e Hb 13.5), fé em Iavé (2.4 e Tg 2.25; Hb 11.30,31) e a necessidade de purificação e de santificação para servir a Iavé (7.13 e 1 Co 5.13).

#### CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi propor uma leitura de Josué como Escritura Sagrada, ou seja, uma leitura que partisse de diversas premissas quanto ao caráter desse livro, tais como sua inspiração, harmonia, veracidade e confiabilidade histórica. Outro objetivo foi mostrar como uma leitura de Josué como Escritura torna a sua mensagem coerente no contexto canônico em que se encontra inserido.

O grande problema com a maioria das abordagens críticas ao livro de Josué é que fragmentam-no ao ponto de tornar incompreensíveis ou irrelevantes a sua mensagem e o seu papel no cânon do Antigo Testamento. Por não terem pressupostos quanto ao caráter de Josué como Escritura, mutilam-no, desconfiam da sua historicidade e acabam tornando-o, quando o consideram em relação a Juízes-Reis, uma obra produzida e editada no período do exílio, em conjunto com os demais livros da "história deuteronomista." Em meio a tudo isso, perde-se a mensagem do livro e sua relação fundamental com o cânon.

Uma leitura de Josué como Escritura, conquanto não rejeite *prima facie* as formulações e hipóteses razoáveis da erudição crítica, aceita-as tão somente enquanto compatíveis com os pressupostos acima mencionados.

Espero ter mostrado que ainda é possível para estudiosos evangélicos que estão

familiarizados com toda a discussão crítica sobre Josué, ler o livro dentro do cânon, respeitando a sua integridade, aceitando a sua historicidade e a sua contribuição teológica para a história posterior de Israel e para o Novo Testamento.

---

\* O autor é ministro presbiteriano, mestre em Novo Testamento e doutor em Hermenêutica e Estudos Bíblicos. É professor de Novo Testamento e diretor do Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, professor de Exegese do Novo Testamento no Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição, em São Paulo, e pastor da Igreja Evangélica Suíça de São Paulo.

<sup>1</sup> Ver a defesa detalhada desse ponto em Elmer A. Martens, *God's Design: A Focus on Old Testament Theology* (Grand Rapids: Baker, 1981), 97-98.

<sup>2</sup> Para uma descrição detalhada da origem, pressupostos, métodos e objetivos da crítica das fontes no Antigo Testamento, bem como para uma avaliação crítica da mesma, ver John Barton, *Reading the Old Testament* (Filadélfia: Westminster, 1984), 20-29; Ronald Clements, *One Hundred Years of Old Testament Interpretation* (Filadélfia: Westminster, 1976), 1-30; Norman C. Habel, *Literary Criticism of the Old Testament* (Filadélfia: Fortress, 1971), 1-42; R. N. Whybray, *The Making of the Pentateuch — A Methodological Study*, JSOT Supplement Series (Sheffield, Inglaterra, 1987), 13-131.

<sup>3</sup> Foi devido especialmente ao trabalho de Gerhard von Rad que as fontes que tradicionalmente são admitidas como subjacentes ao texto do Pentateuco (J, E, D e P) vieram a ser identificadas também no livro de Josué, onde supostamente encontram seu pleno cumprimento (Gerhard von Rad, *The Problem of the Hexateuch and Other Essays*, trad. E. W. Trueman Dicken [Edimburgo: Oliver & Boyd, 1966]). Von Rad usou a expressão "Hexateuco" para designar a obra Gênesis-Josué, que considerava como uma unidade. Para uma defesa dessa posição, consulte A. G. Auld, *Joshua, Moses and the Land: Tetrateuch-Pentateuch-Hexateuch in a Generation Since 1938* (Edimburgo: T & T Clark, 1980), 15, 31. Para uma opinião contrária, ver o comentário clássico de Keil e Delitzsch, os quais argumentam contra a idéia de um "hexateuco" com base nas diferenças lingüísticas entre Josué e o Pentateuco (C. F. Keil e F. Delitzsch, *Joshua, Judges, Ruth*, Biblical Commentary on the Old Testament [Grand Rapids: Eerdmans, 1950], 20-21).

<sup>4</sup> *Diacrônico* é o termo usado para descrever qualquer processo interpretativo que leve em conta especialmente os diferentes sentidos que uma palavra adquiriu com a passagem do tempo. Portanto, concentra-se em questões relacionadas com a evolução do texto na história. *Sincrônico* é o sistema interpretativo que, em contraste, ocupa-se com o texto como se encontra, sua estrutura e sua forma, sem considerações de caráter histórico.

<sup>5</sup> Ver uma análise do método de von Rad em G. Hasel, *Old Testament Theology: Basic Issues in the Current Debate*, 3ª ed. (Grand Rapids: Eerdmans, 1985), 69-73.

<sup>6</sup> Nesse sentido, nossa abordagem é devedora em diversos aspectos à abordagem canônica defendida por Brevard S. Childs, *Old Testament Theology in a Canonical Context* (Filadélfia: Fortress, 1986), 10-19. Ver a análise do método canônico de Childs feita por Hasel em *Old Testament Theology: Basic Issues in the Current Debate*, 87-92.

<sup>7</sup> Martin Noth, *Das Buch Josua*, HAT I, 7 (Tubingen, 1938), IX-XIII. Ele expandiu suas idéias sobre a obra do Deuteronomista em *The Deuteronomist History*, JSOT Supplement Series, vol. 15 (Sheffield, Inglaterra, 1981).

<sup>8</sup> Ver Martin Noth, *The History of Israel* (Nova York: Harper & Row, 1960), 70-84.

<sup>9</sup> Para uma descrição e análise detalhadas dessa disciplina, ver Barton, *Reading the Old Testament*, 45-60; também J. A. Wharton, "Redaction Criticism, Old Testament," no *International Bible Dictionary – Supplement*, 729-32.

<sup>10</sup> Ver a descrição e avaliação dos méritos e defeitos da moderna crítica literária em Barton, *Reading the Old Testament*, 104-207; consultar também T. Longman III, *Literary Approaches to Biblical Interpretation*, Foundations of Contemporary Interpretation, ed. Moisés Silva (Grand Rapids: Academie Books, 1987). Ver também *The Literary Guide to the Bible*, eds. R. Alter e F. Kermode (Cambridge: Harvard University Press, 1987), 1-8.

<sup>11</sup> Ver *The Literary Guide to the Bible*, 102-121.

<sup>12</sup> Hasel, *Old Testament Theology: Basic Issues in the Current Debate*. Nessa obra, Hasel faz uma análise crítica dos métodos da teologia bíblica do Antigo Testamento e defende a abordagem múltipla. Ver especialmente as pp. 92-96.

<sup>13</sup> Ver W. Eichrodt, *Theology of the Old Testament*, OTL, eds. P. Ackroyd, J. Barr (Filadélfia: Westminster, 1961), I:17-18. Ver um sumário da obra clássica de Eichrodt feito por B. Ollenburger em *The Flowering of Old Testament Theology*, eds. B. Ollenburger e E. Martens, em *Sources for Biblical and Theological Studies*, Vol. 1 (Winona Lake: Eisenbrauns, 1992), 58-59. Ver também Hasel, *Old Testament Theology: Basic Issues in the Current Debate*, 117-143.

<sup>14</sup> Martens, *God's Design*, 12.

<sup>15</sup> Walter C. Kaiser Jr., *Toward and Old Testament Theology* (Grand Rapids: Zondervan, 1978), 20-40. Ver o sumário do seu pensamento feito por E. Martens em *The Flowering of Old Testament Theology*, 233-34. Veja também a avaliação de Hasel em *Old Testament Theology: Basic Issues in the Current Debate*, 55-58.

<sup>16</sup> *Baba Bathra 14b-15*.

<sup>17</sup> É esse o pensamento de João Calvino, *Commentaries on the Book of Joshua* (Grand Rapids: Eerdmans, 1949), xvii-xviii.

<sup>18</sup> Yehezkel Kaufmann é um dos poucos estudiosos não conservadores que adotam uma data para Josué próxima à dos conservadores. Ver *The Biblical Account of the Conquest of Palestine* (Jerusalem: Magnes Press, The Hebrew University, 1953), 97-98. Ele argumenta que as afinidades de Josué com o estilo deuteronomista não são decisivas para o problema da data de Josué e Juízes, já que esse estilo era provavelmente parte da rica tradição literária hebraica antiga (*Ibid.*, 7). Para a defesa de uma data anterior do livro de Josué, ver Keil e Delitzsch, *Joshua, Judges, Ruth*, 15-19.

<sup>19</sup> De acordo com Marten H. Woudstra, isso não significa que a referência ao "livro dos justos" encontrada em Josué deva ser do período de Davi. Esse livro pode muito bem ter

sido uma coleção crescente de ditos notáveis de diversos períodos da história de Israel, inclusive aquele de Josué (ver Marten H. Woudstra, *The Book of Joshua* [Grand Rapids: Eerdmans, 1981], 11).

<sup>20</sup> G. J. Wenham, por exemplo, tem procurado demonstrar que o livro exibe diversos temas que o ligam a Deuteronômio, como a conquista através da guerra santa, a distribuição da terra, a unidade de toda a nação de Israel, Josué como sucessor de Moisés e a aliança. Esses temas claramente dão ao livro um caráter deuteronômista ("The Deuteronomic Theology of the Book of Joshua," em *Journal of Biblical Literature*, 90 [1971], 140-148).

<sup>21</sup> F. M. Cross, *Canaanite Myth and Hebrew Epic* (Cambridge: Harvard University Press, 1973), 274-89.

<sup>22</sup> John Bright, *A History of Israel* (Filadélfia: Westminster Press, 1959), 117-127.

<sup>23</sup> Para uma exposição e análise dos principais modelos adotados pelos estudiosos (conquista, imigração e revolta), ver Norman K. Gottwald, *The Tribes of Yahweh: A Sociology of the Religion of Liberated Israel 1250-1050 BC* (Nova York: Orbis Books, 1979), 191-233; Bruce Waltke, "The Date of the Conquest," em *Westminster Theological Journal* 52 (1990), 181-200; Neil A. Saelbermann, "Who Were the Israelites," em *Archeology* (Março/Abril 1992), 22-30.

<sup>24</sup> Ver os detalhes em Waltke, "The Date of the Conquest," 189-90.

<sup>25</sup> A Septuaginta se refere a 440 anos em 1 Rs 6.1, em vez de 480. Mesmo assim, o argumento permanece.

<sup>26</sup> Ver Waltke, "The Date of the Conquest," 191-196.

<sup>27</sup> Ver *Ibid.*, 191-196.

<sup>28</sup> Kaufmann, *The Biblical Account of the Conquest of Palestine*, 15.

<sup>29</sup> Martens, *God's Design*, 100.

<sup>30</sup> Kaufmann, *The Biblical Account of the Conquest of Palestine*, 91-92, 133-137.

<sup>31</sup> Kaiser reconhece que o cumprimento das antigas promessas da terra, descanso e um lugar escolhido por Iavé são temas dominantes em Josué e no período pré-monárquico (*Toward an Old Testament Theology*, 124). Entretanto, concordamos com Kaufmann que o tema de um lugar escolhido por Iavé como local exclusivo de culto não é saliente em Josué, e só ocorre nos livros históricos a partir de 1 Rs 3.2 (*The Biblical Account of the Conquest of Palestine*, 1-7).

<sup>32</sup> Kaiser, *Towards an Old Testament Theology*, 124-7.

<sup>33</sup> Ver Martens, *God's Design*, 108-110.

<sup>34</sup> Ver Robert G. Boling e G. Ernest Wright, *Joshua*, Anchor Bible; eds. W. F. Albright e

D. N. Freedman (Nova York: Doubleday, 1982), 27.

<sup>35</sup> Eichrodt, *Theology of the Old Testament*, I:243.

<sup>36</sup> Ver a discussão do aspecto corporativo do povo de Deus em Russell P. Shedd, *A Solidariedade da Raça: O Homem em Adão e em Cristo* (São Paulo: Vida Nova, 1995). Uma resenha dessa obra encontra-se em *Fides Reformata*, 1/2 (1996), 141-148.

<sup>37</sup> No mesmo ano em que von Rad publicou suas idéias (1938), M. Noth as questionou veementemente na primeira edição de seu comentário de Josué. Mais tarde, por sua vez, Mowinckel atacou as idéias de Noth e mostrou que, apesar de nunca haver existido um "Hexateuco," é apropriado tratar o Pentateuco e Josué como o resultado da contribuição das mesmas fontes. Ver a discussão sobre esse assunto em Auld, *Joshua, Moses and the Land: Tetrateuch-Pentateuch-Hexateuch in a Generation since 1938*, 15,31.

<sup>38</sup> *The Deuteronomistic History*. Ver também a síntese da abordagem de Noth a Josué feita por Boling and Wright, *Joshua*, 59-72. Para melhor entender o pensamento de Noth, consultar ainda Cross, *Canaanite Myth and Hebrew Epic*, 274-75; Auld, *Joshua, Moses and the Land: Tetrateuch-Pentateuch-Hexateuch in a Generation since 1938*, 3-5.

<sup>39</sup> Kaufmann, *The Biblical Account of the Conquest of Palestine*, 1-7. Ver também Keil e Delitzsch, *Joshua, Judges, Ruth*, 19-24.

<sup>40</sup> Gerhard von Rad, *Studies in Deuteronomy*, SBT, 9 (Londres, 1953), 74-79; *Old Testament Theology* (Nova York: Harper, 1962), I:334-347.

<sup>41</sup> Cross, *Canaanite Myth and Hebrew Epic*, 274-289.

<sup>42</sup> Ver Wenham, "The Deuteronomic Theology of the Book of Joshua," 140-148.

<sup>43</sup> J. Alberto Soggin, *Le Livre de Josué*, Commentaire de L'Ancien Testament (Neuchatel, Suíça: Éditions Delachaux & Niestlé, 1970), 11.

<sup>44</sup> Eichrodt, *Theology of the Old Testament*, I:42.